

Editorial

Em julho de 1924 surgia na cidade de Curitiba o Comitê Mixto Paranaense e Santa Catarinense de Seguros, uma entidade que viria a congregar as seguradoras e representá-las perante o Governo e a sociedade. Transformado para Comitê Mixto Catharinense de Seguros, em abril de 1926 foi transferido para Florianópolis. Posteriormente, em 1951, já com a denominação de Comitê Local Catarinense de Seguros mudou-se para Blumenau, acompanhando o desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí. Finalmente, em 5 de junho de 1990 o comitê foi transformado em Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização, de Resseguros e de Previdência Privada Aberta no Estado de Santa Catarina (SINDEDESC).

Para orgulho e júbilo dos segurários, nossa entidade chega às Bodas de Carvalho (como a cultura celta denomina os 80 anos de um casamento) com todo o vigor dessa árvore que resiste ao longo do tempo e, mais do que isso, mostrando-se rejuvenescida pela dinâmica de suas ações em defesa dos legítimos interesses dos associados, da valorização da instituição do seguro e de sua plena integração com a sociedade.

Com este espírito e juntamente com a comemoração dos 80 anos, nossa diretoria decidiu pela adoção de um novo visual, estabelecendo os seguintes requisitos: uma marca vigorosa e jovem, que desse início a um processo natural de padronização de identidade pelos sindicatos estaduais que congregam a FENASEG. Assim, doravante, adotaremos a sigla SINDSEG-SC e usaremos a logomarca apresentada na capa deste informativo.

Olhando para o futuro, dedicamos a primeira edição do nosso informativo ao 2º Plano Setorial da Indústria do Seguro elaborado pela FENASEG, entregue ao Governo em maio deste ano e com o qual estaremos alinhando nossas ações, sempre no propósito de contribuir para o amadurecimento e fortalecimento do setor.

Deste modo, expressamos o mais sincero desejo de que todos os nossos companheiros do mercado segurador catarinense sintam-se renovados a enfrentar os desafios que se apresentam. Assim, daremos continuidade aos ideais traçados pelos fundadores de nossa entidade e continuaremos e contribuindo para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil.

Estamos certos de que nosso sindicato prosseguirá fazendo história.

Sérgio Passold

Setor indica ações estratégicas

Desde 1992 vários programas setoriais de planejamento estratégico foram e vêm sendo implantados pelo Mercado Segurador, com ou sem a participação dos órgãos de regulação do Governo. Algumas dessas iniciativas estão resumidas no quadro abaixo.

ANO/AÇÃO	OBJETIVO
1992 Carta de Brasília	Elaborada pela FENASEG para ser instrumento de diálogo e plataforma de ação, tornou-se conhecida como a política dos três "d": desestatização, descentralização e desregulamentação.
1992 Proseg	Programa de Estudos e Debates sobre a Reforma da Previdência e da Seguridade Social, criado pela FENASEG, em comissão mista com a Faculdade de Economia e Administração da USP e a Fipe, antecipou a construção teórica do fator previdenciário para aposentadoria, adotado pelo Governo em 1999, e provocou a Lei Complementar 109, em 2001, consolidando o Regime de Previdência Complementar.
1994 1º Plano Setorial da Indústria do Seguro	Verdadeiro raio-x do mercado, destinado a dimensionar as possibilidades contemporâneas e futuras de negócios com seguros no País e definir uma estratégia que assegurasse ao mercado uma fase de desenvolvimento sem rupturas, foi uma resposta ao Plano Diretor divulgado pelo Governo em 1992.
2001 Carta do Rio	Elaborada por ocasião dos 50 anos da FENASEG, interpretava o pensamento, vontade e compromisso dos seguradores em aderir aos ideais democráticos do povo brasileiro, à busca permanente do bem-estar, da tranquilidade, da paz social e da realização dos valores gerais da cidadania. Também manifestava apreensão diante da morosidade do processo de privatização do IRB, entre outros pontos.
2002 PT Comitê	"Compromisso com o Governo e o povo brasileiro", proposta-síntese de atuação do mercado, encaminhada ao presidente eleito, baseava-se em quatro eixos: definia o modelo de proteção social privada no Brasil; abordava temas gerais da indústria do seguro; enfocava temas institucionais relacionados com o resseguro, tributação, regulação e fiscalização do mercado, segurança e fraude; e apresentava uma síntese de agendas e propostas em andamento em diversos foros internacionais.
2003 Agenda de Trabalho para o Sistema Nacional de Seguros Privados	Apresentada pela FENASEG à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, por sugestão do próprio Governo, indicava as medidas que o mercado considerava indispensáveis ao aperfeiçoamento do sistema como, por exemplo: criação de ouvidoria e defensoria dos segurados nas operadoras, aperfeiçoamento de regras contábeis e reordenação da legislação tributária visando a incentivar a poupança doméstica de longo prazo.

2º Plano Setorial da indústria do seguro (2004)

Exatamente dez anos depois de apresentar o 1º, a FENASEG lançou em Brasília, o 2º Plano Setorial da Indústria de Seguros, no qual define vetores de atuação institucional, funcionamento e produção do Mercado Segurador Brasileiro que envolve os segmentos de seguros, previdência complementar e capitalização (algumas dessas iniciativas estão resumidas no quadro abaixo).

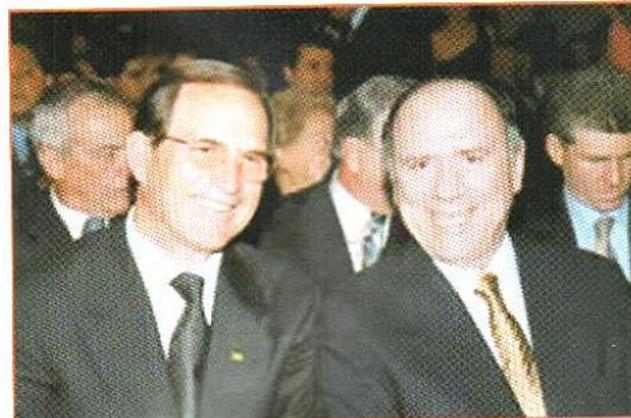
Para o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, é importante perceber que o mercado ainda está muito longe do seu potencial e saber que no Brasil ainda há muito espaço para o crescimento e sofisticação do setor. Furlan ressaltou ainda que a cultura inflacionária do brasileiro fez com que as pessoas não se acostumassem a investir em poupança de longo prazo. "Agora, com a estabilidade, abre-se caminho para permitir que o seguro abranja uma maior parcela da população, estimulando a poupança interna e possibilitando, ao mesmo tempo, o crescimento".



Presidente da FENASEG, João Elísio, e o presidente da SindsegSC, Sergio Passold

Para o Presidente da FENASEG, João Elísio, em linhas gerais, o plano evidencia que o Mercado Segurador - que atualmente mobiliza mais de 3,3% do PIB e responde pela geração de mais de 210 mil empregos - apresenta no Brasil condições e espaço favoráveis a seu crescimento.

No segmento de seguros, por exemplo, embora em 2002 nossa receita total de prêmios registrada tenha representado mais de um terço de produção total do continente sul-americano, o País ainda ocupava o 22º lugar no ranking mundial. E o consumo de seguros, per capita, situava-se em torno de 72 dólares, muito distante do consumo em países desenvolvidos (3.461 dólares nos Estados Unidos em 2002), ou mesmo em outros países do continente sul-americano (165,6 dólares no Chile em 2002).



O Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e o presidente da FENASEG, João Elísio Ferraz de Campos, em Brasília.

Apesar das dificuldades de conjuntura, o mercado evoluiu nos últimos dez anos. Sua participação no PIB, por exemplo, mais do que dobrou, passando de 1,29% em 1993 para 3,38% em 2003.

Mas alguns dos fatores que inibiam uma ampliação da base de consumidores, sobretudo de seguros, ainda permanecem como grandes desafios ao mercado:

- A alta concentração de riqueza (que coloca à margem do consumo parcela substancial da população brasileira)
- A desinformação relativa à atividade seguradora (impedindo que os produtos cheguem às camadas mais desprotegidas)
- O desconhecimento da opinião pública sobre o retorno que o mercado dá à sociedade. Por exemplo:
 - Seguro Saúde** - só em 2003 foram realizados mais de 100 milhões de procedimentos (consultas, exames, internações)
 - Seguro Auto** - mais de 1 milhão e 800 mil indenizações foram pagas a segurados e terceiros.

Para o desenvolvimento do Mercado Segurador Brasileiro é necessária, portanto, uma ação planejada de seus vários agentes.



Objetivo é alcançar 5% do PIB

Manter a consistência da trajetória de evolução do Mercado Segurador, alcançando em até cinco anos o patamar de 5% do PIB brasileiro é o objetivo geral das ações programadas. As empresas devem adotar maior autonomia para o desenho de produtos, o que tenderá a estimular o aparecimento de seguros massificados e favorecer o crescimento do mercado. Isso é bom para o consumidor, que passa a ter a possibilidade de uma apólice ajustada às suas reais necessidades, e bom para as seguradoras, que poderão ampliar a base de seus negócios.

Por estímulo do próprio governo, o mercado tem dado passos importantes no rumo de nova realidade nas relações negociais, fundadas principalmente em normas internas de comportamento das empresas em face do consumidor, que podem levar ao aperfeiçoamento

do processo de auto-regulação. Entre os fatores de inibição ao desenvolvimento do mercado, precisa ser enfrentada a questão da fraude, cuja redução se refletirá, inegavelmente, na formação dos preços dos prêmios de seguros cobrados pelas seguradoras.

Quanto à operação do mercado propriamente dita, deve ser dada ênfase ao aperfeiçoamento das relações de consumo, melhoria da imagem do mercado segurador e maior transparência na efetivação dos contratos, ações relativas à atividade profissional dos corretores e à preparação de quadros técnicos para o mercado, a melhoria de produção e administração de informações no mercado, a consolidação e ampliação dos negócios com produtos tradicionais e a criação de mercado para produtos mais novos.

AS PRINCIPAIS AÇÕES

JUSTIFICATIVA

INSTÂNCIA/COMPETÊNCIA

SEGURO SAÚDE

Restabelecer os princípios que regem o Seguro Saúde e autorizar a flexibilização de produtos.

Substituir o modelo atual de controle do Seguro Saúde.

Criação de estímulo fiscal às empresas que contratam Seguro Saúde para seus empregados, deduzindo do imposto de renda as importâncias pagas como prêmio de seguro.

Permitir oferta diferenciada, conforme perfil socioeconômico do consumidor.

Diminuir a presença e intervenção do Estado em atividade eminentemente privada, sob pena de comprometer a permanência da oferta do seguro privado.

Permitir ampliação do número de segurados, protegidos pelo Seguro Saúde privado.

Agência Nacional de Saúde

Ministério da Saúde

Receita Federal

SEGURO AUTO

Implantar sistema de Inspeção de Segurança Veicular (ISV) em nível nacional, com caráter de obrigatoriedade periódica.

Estabelecer metodologia, em nível nacional, para avaliação e classificação de danos em veículos acidentados.

Regulamentar a atividade de desmanche de veículos e do comércio de peças usadas.

Aperfeiçoar os processos de controle, verificação e guarda de veículos apreendidos em razão de roubo e furto.

Implantar sistemas de controle de identificação de veículos nas fronteiras.

Aumentar a segurança de tráfego de veículos.

Uniformizar critérios de avaliação e classificação, permitindo a aplicação das regras de controle de tráfego de veículos acidentados.

Redução dos índices de roubo e furto de veículos.

Agilizar o processo de recuperação de veículos e melhorar a qualidade do produto recuperado, em benefício da sociedade e como forma de redução do custo do seguro.

Controle sobre o roubo e furto de veículos e sobre a contratação dos seguros obrigatórios.

Legislativo/ Executivo

Executivo

Legislativo/ Executivo

Secretarias Estaduais de Segurança

Governos Federal e Estaduais e Países Fronteiriços

SEGURO DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA

Flexibilizar as normas para permitir, tanto quanto possível, a migração de recursos entre planos abertos, planos fechados, FAPIs e FGTS.

Definir o papel do Seguro de Pessoas como instrumento para exteriorização dos riscos de entidades de Previdência Complementar, inclusive para acesso ao resseguro.

Estabelecer sintonia dos sistemas de proteção complementar com a mobilidade que vigora nas relações de emprego.

Diluição de riscos.

Legislativo/ Ministérios da Fazenda e da Previdência Social

COMBATE À FRAUDE

Buscar a interligação dos bancos de dados da Fenaseg com os dos Governos Municipais, Estaduais e Federal.

Maior eficiência na identificação e combate às fraudes em seguro e áreas correlatas, inibindo práticas ilegais e nocivas à sociedade.

Secretarias de Segurança e outras entidades municipais, estaduais e federais

A necessidade de mudanças conjunturais

No Brasil, o que caracteriza a atualidade do seguro, capitalização e previdência complementar aberta é a mudança nas relações entre agentes econômicos e governo.

Neste sentido, o mercado segurador se propõe a atuar junto ao governo e instituições públicas e privadas, visando sua reorganização institucional, a unificação e o fortalecimento da estrutura da regulação e fiscalização do sistema nacional de seguros privados.

Por isso, será enfatizada junto ao governo, por exemplo, a necessidade e vantagem de que o Estado limite sua atuação

produtiva àquelas atividades ou segmentos em que a iniciativa privada não tenha interesse concorrente ou não apresente vantagem comparativa em relação à atividade pública.

Também se vai enfatizar ao governo a necessidade de adoção de mecanismos de política econômica e de regulação do mercado, que garantam a estabilidade de regras de longo prazo e que permitam aos cidadãos investir com maior tranquilidade no seu futuro, sem correr o risco decorrente de mudanças normativas que venham a se alterar ao longo do tempo.



AS PRINCIPAIS AÇÕES

JUSTIFICATIVA

INSTÂNCIA/ COMPETÊNCIA

ESTRUTURA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MERCADO

Garantir a estabilidade do marco regulatório pondo fim às constantes modificações nas leis e regras que regem o seguro.

Estimular a livre iniciativa, aliviar o engessamento administrativo, atrair o investimento estrangeiro no setor, pela credibilidade proveniente de normas estáveis.

Fortalecer a SUSEP, convergindo os poderes sobre todas as atividades de Seguros, Previdência Complementar, Capitalização e Resseguro.

Os órgãos reguladores e fiscalizadores de atividades relacionadas à ordem econômica e financeira, como a captação e formas de aplicação de recursos de poupança popular, deverão estar todos vinculados ao Ministério da Fazenda.

Alocar sob o poder regulamentar da SUSEP quaisquer atividades de assistência e serviços que possam ser caracterizados como seguro.

Promover ganho em eficácia técnico-administrativa, evitando a dispersão de esforços e critérios e a duplicação de estruturas e custos.

Regulamentar o art. 192 com relação às atividades exercidas no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados, cujos princípios estatísticos atuariais recomendam a preservação de tratamento regulamentar distinto.

Enquadrar essas atividades à legislação em vigor, acompanhando a prática internacionalmente adotada nos países desenvolvidos.

Aprovar o retorno do setor privado, FENASEG e FENACOR, ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Com a aprovação da Emenda Constitucional 40, as atividades componentes do Sistema Financeiro Nacional poderão ser reguladas por leis complementares.

RESSEGURÓ

Liberar o resseguro interno.

Possibilitar as seguradoras substituir o mecanismo de pulverização do co-seguro pelo resseguro, permitindo o exercício de práticas de resseguro entre seguradoras do País.

Aprovar o Projeto de Lei 55/2003, que dispõe sobre a transferência das competências reguladoras e fiscalizadoras das operações de resseguro, co-seguro e retrocessão, que ainda permanecem na alcada do IRB-Brasil Re, para o mesmo órgão regulador das operações de seguro, a SUSEP.

As funções regulatórias do IRB-Brasil se chocam com o caráter de empresa, cujo capital é 50% das Sociedades Seguradoras.

Promover a redefinição institucional do atual modelo de mercado de resseguros no Brasil.

Concluir o processo de regulação do resseguro como previsto no art. 192 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional 13/96, abrindo o mercado à iniciativa privada.

**Legislativo/
Executivo**

CNSP/SUSEP

**Executivo/
Legislativo**

Legislativo

IRB-Brasil Re

**Legislativo/
Executivo**

Werner Holetz

nhia de Seguros Gerais, em 1950. Depois atuou na Livonius (representante das seguradoras Internacional, Mútua Catarinense de Seguros, Atlântica Boavista e Aliança da Bahia, entre outras).

Embora tivesse mudado para o comércio nos anos 60, ele não resistiria a um novo convite, em 1988: "Fui convidado pelo presidente do Comitê Catarinense de Seguros, Pedro Aldo de Campos, porque estava com intenção de transformar o Comitê em sindicato e eu tinha experiência na área de estatutos e conhecimento sobre a criação de sindicatos e clubes de serviço. Em junho de 1990 foi criado oficialmente o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de SC (SINDESESC) onde, como executivo, participei de toda a transformação,

melhorias, evolução, e continuo ainda hoje prestando serviços", conta Werner.

Grande parte da citada experiência foi adquirida na organização e fundação do Clube dos Diretores Lojistas de Blumenau (CDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (na época chamado de SEPROC, hoje SPC), do qual foi presidente durante sete anos, relembra Holetz. "Daí para frente o comércio, que se concentrava no centro da cidade, passou a ser mais unido", recorda ele, que sempre ocupou cargos de gerência. Loja A Capital, Prosdóximo, Gráfica 43, Relojaria Schwabe são empresas do seu currículo, além do grupo financeiro Credvap (crédito direto ao consumidor), que atendia 30 lojas varejistas de Blumenau.

Dos seus 70 anos de vida, completados em agosto deste ano, Werner Holetz dedicou boa parte ao setor de seguro. Tanto que sua primeira atividade profissional foi na área administrativa da Brasil Compa-



Em família



Nascido em Ibirama em 1934, justamente no ano em que o município foi emancipado, criou-se em Blumenau, onde fez seus estudos, primeiro no Colégio Santo Antônio e depois no Dom Pedro II, onde concluiu o Ensino Médio. "Passei a minha vida trabalhando só em Blumenau", revela Werner, cujos pais eram naturais de Indaial e descendentes dos proprietários do Hotel Holetz de Blumenau (ficava onde está o Grande Hotel).

Casado desde 1958 com Nair (da família Fiamoncini, de Rio dos Cedros), fala com orgu-

lho dos três filhos e dos três netos: Iara Regina, casada com Nélio Abreu (um casal de filhos); Roberto Luiz, arquiteto e urbanista, casado com a jornalista Miriam Roza (uma filha); e Cláudia, psicóloga.

"Apesar da idade ainda me sinto com forças e capaz de realizar muitas coisas. Sempre participei de clubes de serviço (ainda frequento), fui presidente e diretor de várias entidades, enfim, tenho uma vida bastante corrida e sempre ativa", finaliza Werner Holetz.

Depoimentos

Falar do Werner no Sindicato é algo muito fácil, e acima de tudo agradável, pois com o passar dos anos, ficou muito visível a sua identificação com a entidade. Sempre com dedicação e zelo acima de tudo, procurou ser o Diretor Executivo sempre presente, em todos os momentos vividos pelo antigo Comitê, hoje Sindicato, prestando a sua importante colaboração a todos os presidentes que viu atuarem na casa. Portanto, no ano dos 80º aniversário de entidade e do 70º aniversário do Werner, a nossa gratidão e homenagem, em nome de toda a família do SINDSEGSC.

Sérgio Passold
Presidente do SINDSEGSC

Não é à toa que estamos comemorando os 16 anos de trabalho do Sr. Werner Holetz no mesmo dia do aniversário de 80 anos do SINDESESC. A história do homem e da entidade parecem se misturar, pois mesmo durante diferentes administrações e fases do SINDESESC, a dedicação e o amor ao trabalho foram características marcantes na luta do Sr. Werner Holetz pelas seguradoras de Santa Catarina.

Lirian Koser de Oliveira
Icatu Hartford Seguros

Associamo-nos à homenagem prestada ao Sr. Werner Holetz, cumprimentando-o cordialmente pela dedicação às causas do SINDESESC e, consequentemente, beneficiando todo o setor de seguros em nosso Estado.

Nelson Libardi
Cia de Seguros Previdência do Sul

Ao Sr. Werner Holetz, a homenagem e reconhecimento da Minas Brasil Seguradora pelos anos de dedicação e profissionalismo no Mercado de Seguros de Santa Catarina.

Francisco F. V. Montanari
Cia de Seguros Minas Brasil

Fico feliz em dar meu depoimento sobre o Sr. Werner. Conheci-o em 1990 quando ingressei no Sindicato. Posso em nome da instituição exprimir a gratidão por seu trabalho, executado da maneira mais adequada, consciente e responsável por tantos anos, visando sempre a manutenção da credibilidade. Sentimo-nos tranqüilos em saber que o Sindicato tem na pessoa do Sr. Werner o exemplo de integridade, caráter e honestidade, às vezes com atitudes até de certa forma não bem compreendidos por alguns, mas sendo necessário dentro de toda a instituição o pulso firme que ele sempre demonstrou.

Paulo Lückmann
HDI Seguros

A homenagem feita ao amigo Werner é absolutamente justa e necessária, tendo em vista todos esses anos de trabalho, participação e dedicação junto ao SINDESESC. Parabéns!

Carlos Gabriel Prezenszky
Grupo Sul América

“Profissional nota 10 é aquele que acrescenta: 2 pontos de esforço, 3 pontos de talento e 5 pontos de caráter.” (Roland Barthes sociólogo francês)

Caro Werner. Neste pouco tempo de relacionamento, o que realmente mais se sobressai em sua personalidade é o caráter, sempre íntegro e reto, demonstrando por que as pessoas gostam de você. É uma grande satisfação tê-lo como colega e, principalmente, amigo.

Roberto Sebastião Stechinski
Grupo Bradesco Seguros

Testemunha da evolução

Werner Holetz vivenciou as grandes transformações ocorridas tanto no comércio, na política, como na área de seguros. “A informatização foi a grande revolução. Não dá para comparar, começando pela concessão de créditos, que eram dados mais pelo jeito da pessoa, fisionomia, sobrenome e informações buscadas junto às “vendas” e botequins. Depois, com a fundação do CDL e SPC, as vendas no crediário melhoraram a vida do comerciante. Em seguida surgiram os supermercados”, relata.

Na área de seguros, ele lembra que na década de 50 eram os “Agentes” que faziam todas as operações das Seguradoras. “Na Livonius me lembro do Diretor e Sócio Rolf Brandt, do gerente Sebald Otte (falecido recentemente com mais de 90 anos, quando era o corretor de seguros mais antigo de Blumenau). Conheci bem a Mútua Catarinense de Seguros que era sócia da Livonius, cujos diretores eram Adolfo Schmalz, Adolfo Wolstein e Kurt Arno Krause”, afirma, destacando que na época predominavam os seguros destinados às Empresas e Residências.

A quantidade de veículos ainda era reduzida e a carteira de seguros de automóveis muito pequena em relação às demais, lembra Werner: “Não existiam as apólices do tipo multirriscos ou chamados pacotes, prevalecendo os seguros específicos de incêndio, transportes e acidentes de trabalho. Hoje os seguros de incêndio nem aparecem com um grande percentual nas estatísticas”.

Ele não hesita em afirmar que atualmente o segmento de seguros é outra realidade, com as novas tecnologias, as novas modalidades, a supervisão da Susep: “A credibilidade aumentou muito”, diz. E entende que a regulamentação do setor e o comportamento das empresas deram mais credibilidade. “Hoje o povo acredita muito mais no segmento seguro. São ferramentas que a pessoa não pode deixar de ter, porque, como pode alguém, por exemplo, ter um patrimônio que custou tanto para concretizar e ser destruído por um incêndio, ou roubado?”.

Gratidão e homenagem de toda a família do SINDSEGSC

Werner Holetz não esconde sua satisfação pelo trabalho realizado no sindicato e faz questão de registrar um agradecimento especial à professora Ignês Sevegnani, que foi sua assistente administrativa e secretária durante nove anos.

AS PRINCIPAIS AÇÕES

JUSTIFICATIVA

INSTÂNCIA/ COMPETÊNCIA

INCENTIVOS À POUPANÇA INTERNA

Reordenar e consolidar as regras fiscais aplicáveis aos produtos de caráter previdenciário, com maior proteção contra riscos de mudanças, adequando-as à necessidade de formação e retenção de poupança de longo prazo.

Estimular a formação e retenção de poupança doméstica de longo prazo, através de tratamento tributário adequado.

Legislativo
Receita Federal

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

Aplicar alíquota zero de CPMF nas movimentações de ativos garantidores de provisões, reservas técnicas e fundos das obrigações do mercado segurador.

Dar ao Mercado Segurador tratamento fiscal isonômico que é dado à movimentação de recursos no sistema bancário, entre contas correntes de mesma titularidade (Lei 9.311/1996 e Portaria do Ministério da Fazenda 134/1999).

Legislativo
Receita Federal

Permitir dedução das despesas de comercialização da base de cálculo do PIS e do COFINS.

As comissões não se constituem em fato gerador de receita para as seguradoras. Tratamento isonômico dado às despesas incorridas na intermediação praticada por instituições financeiras.

Receita Federal

Excluir da base de cálculo do PIS e CONFINS as receitas auferidas pelas seguradoras em suas aplicações em títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, quando adquiridos para permanência no ativo da instituição por prazo não inferior a 360 dias e destinado exclusivamente à garantia de provisões técnicas.

Dar maior atratividade aos títulos públicos de longo prazo, emitidos pelo Tesouro e pelo Banco Central, tendo em vista que as Sociedades Seguradoras, na qualidade de investidores institucionais, detêm em carteira grande parcela de títulos públicos em circulação no mercado financeiro nacional. Assegurar isonomia de tratamento com outras instituições que tenham por objeto a securitização de créditos imobiliários e financeiros.

Receita Federal

Demandar a redução de alíquota zero no IOF para todo o seguro que ofereça cobertura de risco de pessoas.

Permitir maior disseminação da proteção à família e à vida das pessoas, contribuindo para desonerar o Estado.

Solucionar impasse na interpretação da legislação fiscal.

Definir o tratamento tributário a ser dispensado a planos de caráter previdenciário averbados, em que haja contribuição do empregador.

Não obstante as seguradoras emitirem apólices para seguros em moeda estrangeira, a operação cambial é realizada através do IRB, impedindo que as seguradoras constituam suas provisões técnicas em moeda estrangeira, para garantir as responsabilidades assumidas nessa moeda.

Banco Central

ORIENTAÇÃO CAMBIAL

Autorizar as sociedades seguradoras a operarem por conta corrente em moeda estrangeira.

Distinguir com clareza o que são benefícios previdenciários e coberturas de seguro.

Legislativo/
Ministérios da
Previdência Social,
Trabalho, Fazenda e
Saúde

SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO

Regulamentar o Seguro de Acidentes do Trabalho, nos termos da Emenda Constitucional 20, de 15/12/1998.

Contemplar na regulamentação procedimentos referentes a: prevenção de acidentes; restabelecimentos das indenizações por morte, invalidez permanente, independente de culpa do trabalhador; constituição de reservas para cumprir os compromissos de reabilitação e readaptação profissional, tratamento continuado das doenças profissionais, reposição salarial. Estudar procedimentos para aliviar o ônus do INSS com as obrigações a pagar e com a eventual quebra de receita.

Ministérios da
Agricultura e da
Fazenda.
Receita Federal

Promover a discussão da regulamentação do Seguros de Acidentes de Trabalho, com os setores envolvidos: Governo, operadoras privadas, trabalhadores e empregadores.

Promover o desenvolvimento dessa modalidade de seguro, atendendo à expectativa do Governo de incrementar o setor agrícola do País. Imprimir agilidade e simplificação do pagamento de prêmio devido às seguradoras.

Regulamentar a subvenção econômica ao prêmio de Seguro Rural, nos termos da Lei 10.823/2003, incluindo a proposta de deduzir dos impostos devidos pelas seguradoras a parcela do prêmio subsidiado, ou de transferir para o IRB-Brasil Re a competência de efetuar o respectivo crédito às seguradoras.

Possibilitar a garantia de oferta e solvência do sistema.

Ministérios da
Agricultura e da
Fazenda

Reestruturar o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, alocando recursos do Governo e concedendo autonomia em sua gestão financeira.

SindsegSC contribui para o

É de longa data que o sindicato catarinense vem dando sua contribuição para o desenvolvimento e a valorização da indústria do seguro, seja com ações institucionais, com esforços para a melhoria da comunicação e imagem do setor, com a formação e qualificação de profissionais ou com o intercâmbio de projetos e idéias com outros segmentos representativos da sociedade. Seus projetos estão perfeitamente alinhados com os propósitos da FENASEG e, como não poderia deixar de ser, o sindicato estará concentrando esforços para cumprir seu papel na execução das mais diversas ações previstas no 2º Plano Setorial. O quadro abaixo ilustra alguns dos seus objetivos.



CONSUMIDOR, COMUNICAÇÃO E IMAGEM DO MERCADO

Fortalecer a Comissão de Ética Inters Sindical, tornando-a uma referência na defesa dos consumidores.

Viabilizar a criação da Câmara Catarinense de Mediação e Arbitragem em Seguros.

Fazer do Informativo SindsegSC um veículo de informações consistentes e esclarecedoras a respeito do mercado segurador.

Prosseguir com a divulgação do Balanço Social, incluindo dados do mercado catarinense.

Incrementar a presença na mídia e apoiar ações de orientação ao consumidor.

Incrementar a participação e o apoio a eventos do interesse do mercado. Realizar seminários com imprensa, órgãos de defesa do consumidor, Poder Judiciário, Ministério Público e entidades empresariais.



AÇÕES JUNTO AO GOVERNO E LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA

Sensibilizar o Governo Estadual para que altere a legislação que trata da cobrança de IPVA, adotando-se cobrança proporcional para os veículos roubados/furtados ou com indenização integral decorrente de colisão.

Apoiar a criação de lei estadual regulamentando a contratação de seguro de acidentes pessoais coletivo para a realização de eventos.

Assumir a supervisão do Sistema Nacional de Gravames (SNG), em SC.

Propor ao Detran/SC revisão da Portaria 064/2000 que estabelece critérios de classificação de danos (pequena, média e grande monta) em veículos sinistrados.

Propor a criação de um pátio único para recolhimento de veículos apreendidos e recuperados de roubo/furto e disponibilização de relação via internet.

Propor a unificação e disponibilização das estatísticas das polícias civil e militar.

Propor a unificação e reestruturação das linhas “disque-denúncias” das polícias civil e militar.

Propor a regulamentação para abertura e funcionamento de “desmanches e ferros-velhos”.

Contribuir para a viabilização de acesso eletrônico, pelas seguradoras, aos laudos de vistoria e cadastros do Corpo de Bombeiros referentes a estabelecimentos comerciais, industriais e condomínios em SC.



AÇÕES INSTITUCIONAIS E RELACIONAMENTO COM O MERCADO

Consolidar as câmaras setoriais como fórum de debates entre as seguradoras e os corretores de seguros.

Contribuir para a melhoria da estrutura e ampliação dos serviços prestados pelos sindicatos dos securitários (Blumenau, Florianópolis e Joinville).

Desenvolver programa de apoio a projetos e ações sociais.

Apoiar campanhas de prevenção aos acidentes de trânsito e contra a dependência química (drogas e álcool).

Realizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, viabilizando estudos técnicos-científicos na prevenção e controle de riscos.

Plano Setorial



PLANO SETORIAL
EM SANTA CATARINA



AÇÕES EDUCACIONAIS

Apoiar a implantação do curso superior de Tecnologia em Administração de Seguros.

Prosseguir no apoio e incentivo ao curso de Pós-Graduação em Gestão de Seguros.

Buscar a implementação de disciplina de seguros (teoria geral e noções de direito) como disciplina eletiva nas graduações sócio-econômicas (Administração, Economia, Contábeis e Direito). Alternativamente, oferecer tal disciplina em cursos de extensão universitária.

Promover palestras sobre seguros nas universidades e entidades empresariais.

Desenvolver programa e/ou premiação que incentive a pesquisa em seguros.

Incrementar a oferta de cursos e eventos, em parceria com a FUNENSEG/SC, com vistas a formação e qualificação profissional.



AÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS

Ampliar as atividades das Comissões Técnicas (Sinistros Especiais/Automóvel, Riscos Pessoais, Ramos Diversos e Jurídica) e dos Grupos de Trabalho (Florianópolis e Joinville).

Contribuir para a implementação do Plano de Prevenção e Combate à Fraude no Estado de SC.

Dar suporte as ações da ACTS - Associação Catarinense dos Técnicos de Seguros.

Apoiar a criação e desenvolvimento do Clube de Vida em Grupo de SC (CVG/SC).

Aperfeiçoar os sistemas de informação e bancos de dados do sindicato.

Associadas



HSBC Seguros



REAL SEGUROS



Qualidade da informação e criação do seguro popular

O desenvolvimento do mercado segurador no Brasil continua esbarrando em dois fatores fundamentais: um é a falta de conhecimento da realidade da operação e comercialização dos produtos e serviços colocados à disposição do consumidor; o outro é a perversa distribuição de renda no País, fazendo com que o seguro ainda seja considerado um produto de elite.

O que deve ser feito, então, a par de um programa de melhoria da qualidade da informação relativa a produtos e serviços, é enfrentar a realidade, criando produtos adaptados às camadas sociais menos favorecidas. Pode-se argumentar que quem não possui bens, não tem o que segurar. No entanto, a verdade é que há pelo menos dois preciosos bens que todos os cidadãos possuem: saúde e vida.

DOIS ARGUMENTOS BÁSICOS

1. A criação e oferta de seguros populares são, senão um dever social, um modo de expandir a base ainda estreita de consumidores. O que se propõe é mudança de foco, que passa a ser o consumidor, com suas necessidades, suas demandas, seus direitos.

2. Entre os direitos do consumidor estão:

- receber informações apropriadas e suficientes
- facilidade de compreensão das condições do seguro que está comprando
- transparência nas relações negociais (ética e boa-fé)
- atendimento eficaz na hora do sinistro
- clareza nos procedimentos por ocasião de eventuais conflitos com as seguradoras

OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES

Valorização da atividade do corretor de seguros e investimento em sua formação profissional

Ampliação dos canais de distribuição

Combate às fraudes em seguro, inibindo a criminalidade, com consequente redução do preço para o consumidor

Criação, dentro das empresas, da figura do Ouvidor ou de sistemas de atendimento eficazes ao consumidor (auto-regulação do mercado)

Estímulo ao uso da arbitragem na solução de litígios, como forma de economia, rapidez, eficácia de decisão etc.

Implementação de ações de comunicação corporativa e institucional, simplificando e facilitando a linguagem aos consumidores, seus mecanismos de defesa (Procons e Judiciário), instituições congêneres e outros organismos

Realização periódica de pesquisas (de opinião pública e socioantropológica)

Criação de site destinado ao consumidor

Elaboração do Código de Ética do Mercado Segurador, constituição do Conselho de Ética e elaboração de Guias de Boas Práticas.



EM ÚLTIMA ANÁLISE:

O crescimento dos seguros populares é:

Bom para o consumidor, pela possibilidade de ter uma apólice ajustada às suas necessidades

Bom para as seguradoras, que ampliam a base de seus negócios

Bom para o País, que se beneficia com o aumento da inclusão social e da poupança interna.

Expediente

Notícias SindsegSC é uma publicação de responsabilidade do SINDSEGSC - Sindicato das Seguradoras no Estado de Santa Catarina

Rua XV de Novembro, 550 - Sl. 1001 - Cx. P. 608

CEP 89010-000 - Blumenau / SC - Fone/Fax: (47) 322-6067

E-mail: secretaria@sindsegsc.org.br

www.sindsegsc.org.br

Edição: AMPLA Consultoria e Treinamento Ltda.

(47) 9983-8723 - ampla@amplaconult.com.br

Jornalista Responsável: Osni Schmitz (853 JP-MTb/SC)

Projeto gráfico e Diagramação: TPM - Tacto Propaganda & Marketing

(47) 340-0580 / tactopropaganda@tactopropaganda.com.br

Impressão: Gráfica Tipotil